

## Conclusões da Pastoral Indígena

FSP FERNANDO FOCH 29/6/77  
Da Sucursal do Rio

O andamento e as conclusões do I Encontro de Pastoral Indígena Panamazônico, que nos meios religiosos são vistas como capazes de marcar época na Igreja, serão levados aos membros da presidência e da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB, que estarão reunidos em caráter ordinário a partir de hoje.

Isso será feito por dom Moacir Grecchi, participante do encontro em que a Igreja missionária do Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Venezuela e Colômbia decidiu optar por uma ação de defesa do índio como minoria étnica ameaçada e racialmente segregada até mesmo pela tutela que o faz incapaz, em termos jurídicos.

O documento final, aprovado por unanimidade pelos participantes (mais da metade de brasileiros), diz que "ao realizar a confrontação de nossa realidade, sentimos que uma situação comum afeta os grupos indígenas. Marginalizados pelas estruturas sócio-políticas e pela mentalidade racista de nossos povos, sofrem constantemente a agressão que os leva, pouco a pouco, ao desaparecimento biológico e cultural".

"Ante esta dolorosa realidade, revimos nossas atitudes, constatando que coexistem três linhas fundamentais no trabalho pastoral: a tradicional indoutrinadora e sacramentalista; a desenvolvimentista-paternalista e a encarnacionista-libertadora. Reconhecendo o contexto histórico de cada uma delas, e a sincera entrega missionária dos quantos as seguem, alegrá-nos reconhecer que se dá um movimento progressivo em direção à linha encarnacionista-libertadora, com todos os compromissos e mudanças que ela exige".

O movimento progressivo aludido pelos documentos seria, aquele dos setores mais liberais da Igreja, que teriam saído fortalecidos do encontro, e cujas preocupações pretendem levar à próxima Assembléia Geral do Episcopado (a anterior foi realizada em 1968, em Medellín), marcada para o próximo ano. Já se pode prever que elas têm boas oportunidades de acolhida.

Isso ocorre porque os setores conservadores, quando em contato direto com a problemática sócio-política-econômica, cuja superação diria respeito diretamente à evangelização, já estariam inclinadas à assunção de um posicionamento pertinente já aos conceitos lançados em Medellín. Os de uma Igreja "livre, profética e libertadora".

A unanimidade do encontro de Manaus, que levou dom Henrique Froelich, prelado do Diamantino (MT), a dizer que "o Espírito Santo nos ajudou", seria demonstração disso: a Pastoral foi elaborada a despeito de posições conservadoras de uma parte dos venezuelanos, por exemplo, ou do brasileiro padre João Batista Saffrino, responsável pela missão Catrimani, em Roraima, que, apesar de tudo, a aprovaram.

Assim, a Igreja amazônica já pode começar a agir nos três níveis alegadamente necessários à preservação e promoção dos índios porque "sua condição de abandonados e marginalizados, privados de todo poder, nos faz compreender claramente que essas minorias não de ser, pela força do Espírito, uma fonte de renovação para todo o povo de Deus e para a sociedade humana em geral."

O encontro chegou à conclusão de que, "a partir de nosso compromisso com o Evangelho, cremos que nossa Igreja há de fazer as seguintes opções básicas: a) opção pelas minorias étnicas como centro de predileção do reino de Deus; b) opção pela encarnação do mundo indígena com sua cultura, estrutura e valores; c) opção pela comunidade cristã autóctone e pelas formas ministeriais que lhe sejam próprias."

Ao nível dos grupos indígenas, pretende-se "orientar nosso trabalho em vista da sobrevivência física e cultural e de um adequado processo de crescimento na autodeterminação harmoniosa dos diversos grupos indígenas e sua organização em associações ou federações que lhes permitam ser promotores do seu próprio destino. Isso implica: a conscientização e valorização da identidade cultural; a superação dos complexos de inferioridade, e a promoção integral."

Ao nível "de sociedade envolvente e dominante, conscientizar e comprometer a sociedade envolvente em vista de: reconhecimento da profunda riqueza humana de cada povo indígena; com seus valores e contribuições originais e diversas; uma consciência crítica sobre as condições de sistemático extermínio ou marginalização a que os submete a estrutura sócio-política e econômica dominante."

Por fim, ao nível de Igreja, recomenda-se que ela, "reconhecendo suas próprias falhas históricas, se faça mais presente nos povos indígenas, respeite a identidade dos mesmos, assumam suas culturas e caminhe com eles, compartilhando suas lutas e esperanças, em comunhão de destino."

Ainda dentro da "linha encarnacionista-libertadora" fixou-se uma prioridade imediata: "Apolar decidida e eficazmente os direitos que têm os grupos indígenas e assegurar ou recuperar a prioridade de seus territórios, de forma que possam viver e crescer, física e culturalmente, conservando seu equilíbrio ecológico."

Também aí, e segundo fontes, convencidos de que não há se fazer sentir reações contrárias em todos os países amazônicos, os participantes recomendam o desenvolvimento de seu trabalho nos mesmos três níveis. Isso porque, como lembrou dom Moacir Grecchi, bispo prelado do Acre e Purús e responsável pela "Linha 22" da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB, a evangelização em favor do índio deve ser feita entre índios, sobre a "sociedade envolvente" e dentro da própria Igreja.